



RELATÓRIO EVENTO CONEXÃO CSF

**1ª EDIÇÃO: MENSURAÇÃO DE BENEFÍCIOS
NAS POLÍTICAS DE CARBONO**

Uma mesa de diálogo entre
representantes do governo,
professores e estudantes.

20

24

SUMÁRIO

03

Introdução

04

Carbono no governo

07

REDD+ e estratégias no Brasil

10

Economia ambiental na UnB

12

Medição de biodiversidade

14

Qualidade do carbono

15

Considerações finais

19

Temas para pesquisa

21

Reconhecimentos

INTRODUÇÃO

O evento reuniu representantes de instituições governamentais, academia e sociedade civil para discutir os avanços, desafios e oportunidades relacionados à conservação ambiental no Brasil. Com temas que abrangeram mercados de carbono, REDD+, e avanços tecnológicos no monitoramento da biodiversidade, o encontro destacou a importância de estratégias integradas e inovações que equilibrem conservação ambiental, benefícios sociais e viabilidade econômica.

As discussões apontaram para o papel estratégico do Brasil na oferta de créditos de carbono florestal e no fortalecimento de iniciativas de conservação em áreas prioritárias, ao mesmo tempo em que ressaltaram os desafios de regulamentação, financiamento e implementação de projetos de alta integridade e qualidade. Também foram destacadas questões como adicionalidade, co-benefícios sociais e o papel de novas tecnologias, como o DNA ambiental (eDNA), na mensuração de biodiversidade e sua integração com mercados de carbono.

Os debates reforçaram a necessidade de fortalecer parcerias intersetoriais, promover pesquisas aplicadas e criar mecanismos que atendam às especificidades dos diversos biomas brasileiros, garantindo benefícios equitativos para comunidades locais.

Este relatório sintetiza as principais contribuições do evento, oferecendo um panorama das ideias e propostas apresentadas e sugerindo direções futuras para a conservação ambiental no Brasil.

Observação: o conteúdo deste relatório foi gerado por IA, com base na gravação do evento.

VALORAÇÃO DE SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS, MERCADOS DE CARBONO E PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA) NA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO DO BRASIL

Renata Apoloni, ICMBio

Principais conclusões

- A lei do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões está pendente de aprovação presidencial, trazendo oportunidades e desafios para projetos de conservação.
- O PSA é visto como tendo aplicabilidade mais ampla do que projetos de carbono para unidades de conservação, mas requer estruturas complexas de governança e implementação.
- Projetos florestais de carbono têm viabilidade limitada para muitas unidades de conservação.

Ferramentas do ICMBio

- Sistema de Análise e Monitoramento da Efetividade da Gestão: ferramenta utilizada para analisar e monitorar a efetividade da gestão de unidades de conservação. Ela permite entender melhor os valores e usos dos serviços ecossistêmicos previstos em cada unidade de conservação.
- Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio, monitora a biodiversidade em cerca de 115 unidades de conservação e possui diversos componentes, incluindo a participação das populações locais. É relevante para o monitoramento e avaliação de projetos de pagamento por serviços ambientais (PSA) e valorização dos ativos ambientais.

Estado atual da valoração de serviços ecossistêmicos

- O trabalho existente concentra-se principalmente na valoração, faltando implementação.
- Necessidade de dados científicos de alta qualidade para apoiar políticas públicas viáveis de curto e médio prazo.
- Criação recente da divisão de serviços ambientais no CNV (2022), ainda desenvolvendo seu escopo.

Desafios na implementação de mercados de carbono e PSA

- Lei do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões pendente de aprovação, com expectativa de mais 2 anos para regulamentação.
- Incertezas jurídicas para gestores de territórios coletivos e comunidades tradicionais.

VALORAÇÃO DE SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS, MERCADOS DE CARBONO E PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA) NA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO DO BRASIL

Renata Apoloni, ICMBio

- Necessidade de projetos de qualidade para mitigar riscos e conflitos em territórios tradicionais.
- Mercado voluntário de carbono requer regulamentação e diálogo com populações extrativistas.
- Implementação do PSA requer estruturas complexas de governança, incluindo instrumentos de gestão local e fortalecimento de associações cooperativas.

Inovações em PSA e financiamento da conservação

- Explorando diversificação do PSA além dos modelos tradicionais:
 - Turismo de base comunitária e turismo de experiência;
 - Turismo de saúde e bem-estar;
 - Agência climática na visitaçã;o;
 - Manejo integrado do fogo;
 - Reconhecimento do manejo histórico do ecossistema por comunidades tradicionais.

Projetos florestais de carbono

- Viabilidade limitada para muitas unidades de conservação, especialmente para redução do desmatamento.
- Potencial em projetos de restauração, mas requer avaliação cuidadosa.
- Complexos, exigindo investimento significativo e compromissos de longo prazo (30-40 anos).
- Vulneráveis a riscos relacionados ao clima (por exemplo, intensificação de incêndios) e questões de manejo da terra.

Desafios regulatórios e de implementação

- Necessidade de mecanismos de compartilhamento de benefícios, salvaguardas e processos de consentimento livre, prévio e informado
- Importância de estudos de viabilidade econômica e financeira para tomada de decisão informada
- Visão dos projetos de carbono como instrumentos transitórios, exigindo ferramentas de gestão complementares.

VALORAÇÃO DE SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS, MERCADOS DE CARBONO E PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA) NA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO DO BRASIL

Renata Apoloni, ICMBio

Próximos passos

- Desenvolver diretrizes para projetos de mercado voluntário de carbono à luz do novo Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões.
- Realizar estudos de avaliação de impacto para implementação do PSA, particularmente para regulamentações dos Artigos 47 e 48.
- Avançar no desenvolvimento de concessões após a primeira concessão de comercialização de créditos de carbono em uma unidade de conservação (Floresta Nacional do Bom Futuro - FLONA - em Rondônia).
- Continuar trabalhando na simplificação das fórmulas de cálculo e melhorando os arranjos institucionais para implementação de PSA.

IMPLEMENTAÇÃO DO REDD+ NO BRASIL, ESTRATÉGIAS NACIONAIS, MECANISMOS DE COMPARTILHAMENTO DE BENEFÍCIOS E DESENVOLVIMENTOS LEGISLATIVOS RECENTES

Antônio Sanchez, Ministério do Meio Ambiente

Principais conclusões

- A estratégia REDD+ do Brasil evoluiu de uma abordagem nacional/subnacional para potencialmente incluir iniciativas em escala de projeto.
- A legislação recente (PL) mudou o foco para os mercados voluntários de carbono, criando desafios para a implementação nacional do REDD+.
- Há uma incompatibilidade entre o potencial de oferta de créditos de carbono e a demanda dentro do mercado regulado de carbono do Brasil.

Tópicos

Evolução da estratégia REDD+ do Brasil

- Foco inicial na escala nacional/subnacional (2015-2018), cobrindo os biomas Amazônia e Cerrado (>70% das florestas do Brasil).
- 2023: Recriação do CONAREDD+ com participação ampliada (10 ministérios, sociedade civil, povos indígenas, comunidades tradicionais).
- Três grupos de trabalho técnicos: salvaguardas, medição/relatório/verificação e compartilhamento de benefícios.
- Mudança de uma abordagem puramente nacional para considerar iniciativas em escala de projeto para mobilizar mais recursos.

Mecanismos de compartilhamento de benefícios

- Modelo anterior: 40% governo federal, 60% estados.
- Alocação estadual baseada na redução do desmatamento e área de floresta preservada.
- Nova fase visa refinar a alocação, considerando povos indígenas, comunidades tradicionais e fortalecimento institucional.
- Desafio: garantir distribuição justa para aqueles com taxas historicamente baixas de desmatamento.

Precificação de carbono e desafios do mercado

- Estudos recentes (por exemplo, West) contestam os benefícios climáticos dos projetos de carbono no Brasil.

IMPLEMENTAÇÃO DO REDD+ NO BRASIL, ESTRATÉGIAS NACIONAIS, MECANISMOS DE COMPARTILHAMENTO DE BENEFÍCIOS E DESENVOLVIMENTOS LEGISLATIVOS RECENTES

Antônio Sanchez, Ministério do Meio Ambiente

- Queda do mercado: redução de ~50% no volume e valor das reduções de emissões.
- Dificuldade em atrair compradores do setor privado para os resultados do REDD+ do Brasil.
- Necessidade de garantir adicionalidade e integridade ambiental dos projetos.

Desenvolvimentos legislativos (PL)

- Originalmente focado no mercado regulado de carbono, mudou para enfatizar o mercado voluntário.
- Cria altas expectativas para o carbono florestal, potencialmente desconectadas do potencial de investimento.
- Permite que proprietários individuais de terras gerem e vendam créditos de carbono mais facilmente.
- Requer regulamentação adicional e detalhes de implementação.

Estrutura do mercado de carbono brasileiro

- O mercado regulado (SCB) terá limites para créditos de compensação (tipicamente ~10%).
- Incompatibilidade entre o potencial de oferta de créditos (agricultura/uso da terra >60% das emissões) e demanda (setores regulados ~30% da economia).

Papel da academia em questões ambientais

- Tensão histórica entre academia e sociedade brasileira.
- Centros universitários (por exemplo, FACE) visam conectar pesquisa e necessidades da sociedade.
- Foco em manter o rigor científico enquanto atende às demandas externas.
- Abordagem multidisciplinar necessária para navegar conflitos e "suavizar arestas".

IMPLEMENTAÇÃO DO REDD+ NO BRASIL, ESTRATÉGIAS NACIONAIS, MECANISMOS DE COMPARTILHAMENTO DE BENEFÍCIOS E DESENVOLVIMENTOS LEGISLATIVOS RECENTES

Antônio Sanchez, Ministério do Meio Ambiente

Próximos passos

- Desenvolver estratégia de implementação para a nova legislação REDD+.
- Criar marco regulatório para o mercado voluntário de carbono.
- Refinar mecanismos de compartilhamento de benefícios para garantir distribuição equitativa.
- Fortalecer a colaboração entre academia, governo e setor privado em questões ambientais.
- Abordar a incompatibilidade entre oferta e demanda de créditos de carbono no mercado brasileiro.

HISTÓRIA, REALIZAÇÕES E DIREÇÕES FUTURAS DA PESQUISA E EDUCAÇÃO EM ECONOMIA AMBIENTAL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Jorge Madeira, Universidade de Brasília, Economia

Principais conclusões

- A UnB tem sido pioneira na educação e pesquisa em economia ambiental no Brasil desde a década de 1990.
- As áreas de foco atuais incluem finanças verdes, sustentabilidade agrícola e análise de políticas para a COP 30 em Belém.
- Permanecem desafios na integração de considerações ambientais em diferentes setores de políticas no Brasil.

Tópicos

História e evolução da economia ambiental na UnB

- Iniciou em meados da década de 1990 com a criação do NEPAM (Centro de Estudos em Política Ambiental).
- Ajudou a criar o programa de graduação em Ciências Ambientais. Estabeleceu o mestrado profissional em Gestão de Economia Ambiental em 1991. Depois disso, economia ambiental foi incluída no programa de doutorado em Economia.
- Numerosas teses/dissertações sobre tópicos como restauração de ecossistemas, terras indígenas, finanças verdes.

Parcerias e engajamento externo

- Parceria de longa data de mais de 20 anos com a Conservation Strategy Fund (CSF).
- Colaborações com ministérios do governo, especialmente o da Agricultura.
- Trabalho recente sobre taxonomia de finanças sustentáveis com o Banco Central.

Áreas de foco de pesquisa atuais

- Finanças verdes/sustentáveis.
- Sustentabilidade agrícola e mudanças climáticas.
- Mecanismos de seguro ambiental.

Desafios na integração de políticas ambientais

- Tomada de decisão isolada entre ministérios do governo.
- Necessidade de análise de políticas intersetoriais (por exemplo, abordagens denexo).

HISTÓRIA, REALIZAÇÕES E DIREÇÕES FUTURAS DA PESQUISA E EDUCAÇÃO EM ECONOMIA AMBIENTAL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Jorge Madeira, Universidade de Brasília, Economia

Próximos passos

- Lançar série de colóquios mensais sobre tópicos da COP 30 a partir de janeiro.
- Produzir documento de política "De Dubai a Belém" com programas de pós-graduação da UnB até agosto.
- Continuar engajando parceiros governamentais na integração de considerações ambientais.
- Recrutar nova geração de pesquisadores à medida que professores seniores se aproximam da aposentadoria.

Participação de Luís Rangel, do Ministério da Agricultura

Discutiu-se a importância da integração entre a academia e o setor público, com foco na sustentabilidade na agropecuária. Mencionou-se a publicação recente dos Cadernos de Taxonomia da Agricultura, que traçam diretrizes sobre finanças sustentáveis e atração de investimentos, tendo como foco inicial culturas como café, cacau, soja, milho, eucalipto, pastagem e peixes amazônicos, para promover a integração da fronteira agrícola entre cerrado e floresta.

O desafio atual envolve avançar nas discussões sobre o mercado de carbono, incluindo preparativos para a COP 30. Essa região, onde a agricultura é tanto um fator de emissão quanto de pressão sobre o uso do solo, apresenta um cenário complexo. Embora o agronegócio tenha resistência a certas críticas, há esforços para inseri-lo em uma nova legislação climática.

Por fim, fez-se um convite para a participação em consultas públicas e discussões futuras, destacando-se a importância da cooperação entre a academia e o setor público. A mensagem final reiterou a necessidade de continuar trabalhando em conjunto, superando as dificuldades inerentes ao diálogo entre a academia e as instituições públicas, com o objetivo de defender e implementar políticas públicas de forma embasada e transparente.

AVANÇOS NAS TÉCNICAS DE MEDIÇÃO DA BIODIVERSIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO E VALORAÇÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO

Hernani Oliveira, Universidade de Brasília, Ecologia

Principais conclusões

- A análise de DNA ambiental (eDNA) revolucionou a medição da biodiversidade, permitindo uma identificação de espécies mais eficiente e precisa.
- O monitoramento da biodiversidade em larga escala é agora possível através de estações de monitoramento da qualidade do ar, utilizando DNA de partículas transportadas pelo ar.
- Lacunas nos dados de sequenciamento de DNA para muitas espécies, particularmente na Amazônia, dificultam as capacidades abrangentes de monitoramento da biodiversidade.

Tópicos

Código de barras de DNA e medição da biodiversidade

- A análise de eDNA permite a identificação de espécies a partir de amostras ambientais (por exemplo, solo, água, ar).
- Em 2021, um avanço mostrou a possibilidade de detectar espécies presentes em um ambiente com base no DNA no ar.
- Esta técnica será aplicada na floresta amazônica em 2024 para um monitoramento abrangente da biodiversidade.

Monitoramento da biodiversidade em larga escala

- Utilização de estações existentes de monitoramento da qualidade do ar para avaliação da biodiversidade. Filtros dessas estações podem ser analisados quanto ao conteúdo de DNA, fornecendo dados padronizados de biodiversidade em escala continental.
- Este método oferece uma abordagem rápida e não invasiva para o monitoramento da biodiversidade.
- Filtros históricos de qualidade do ar podem potencialmente fornecer dados retrospectivos de biodiversidade.

AVANÇOS NAS TÉCNICAS DE MEDIÇÃO DA BIODIVERSIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO E VALORAÇÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO

Hernani Oliveira, Universidade de Brasília, Ecologia

Serviços ecossistêmicos e perda de biodiversidade

- A perda de biodiversidade afeta a regeneração florestal e o sequestro de carbono.
- Exemplo: A perda de aves frugívoras em Guam levou à redução da regeneração florestal.
- A extinção de espécies-chave pode alterar a composição da floresta e a capacidade de armazenamento de carbono.
- Enfatiza a interconexão entre biodiversidade e valoração de créditos de carbono.

Desafios no monitoramento baseado em DNA

- No estudo apresentado, estima-se que aproximadamente 40% dos mamíferos na Amazônia brasileira não tiveram seu DNA sequenciado, dificultando o monitoramento abrangente.
- A falta de dados de sequenciamento é ainda mais pronunciada para outros táxons além de mamíferos (por exemplo, insetos, plantas).

Próximos passos

- Implementar análise de eDNA na floresta amazônica para avaliação abrangente da biodiversidade em 2024.
- Continuar os esforços para sequenciar o DNA de espécies não sequenciadas, particularmente na Amazônia ocidental.
- Integrar dados de monitoramento da biodiversidade com sistemas de valoração de créditos de carbono.
- Explorar aplicações de tecnologias de sensoriamento remoto e IA para monitoramento da biodiversidade em larga escala e não invasivo.
- Desenvolver ainda mais o monitoramento padronizado da biodiversidade em escala continental usando dados de estações de qualidade do ar.

ABORDAGENS PARA A DIFERENCIAÇÃO DE QUALIDADE DO CARBONO

Pedro Gasparinetti, CSF

O Brasil, como grande potencial ofertante de créditos de carbono, pode desempenhar um papel estratégico na oferta de créditos vinculados a projetos florestais. Entretanto, é importante que a mensuração de emissões evitadas consigam diferenciar a qualidade do carbono segundo os efeitos indiretos dos projetos, que incluem os co-benefícios sociais e de biodiversidade.

Desafios e problemas identificados

- **Qualidade dos projetos de REDD+:** muitos projetos não garantem adicionalidade ou benefícios concretos, com vendas a preços baixos, limitando resultados sociais e ambientais.
- **Carbon cowboys:** empresas pressionam comunidades a firmar acordos sem a devida informação, discussão e planejamento.
- **Diferenciação de qualidade:** a falta de diferenciação no mercado reduz o valor potencial dos créditos de carbono, limitando investimentos em áreas prioritárias.

Propostas de solução

A diferenciação da qualidade dos créditos, utilizando selos como o Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB), e indicadores de biodiversidade e benefícios sociais, pode agregar valor aos projetos. A apresentação sugeriu o uso de multiplicadores para áreas mais prioritárias, aplicando índices que considerem quantidade (hectares) e qualidade dos benefícios.

Resultados potenciais

A comercialização de carbono florestal na Amazônia brasileira, estimada em US\$ 18,2 bilhões entre 2022 e 2031, pode crescer em mais de US\$ 4 bilhões (22%) com a adoção de estratégias de valorização de co-benefícios. Essa abordagem incentiva políticas climáticas mais robustas e a repartição de benefícios, direcionando investimentos para áreas prioritárias.

Considerações finais

O estudo ilustrou a importância de valorizar a qualidade dos créditos de carbono, contribuindo para melhores resultados ambientais e sociais. Apesar das limitações do estudo, como o monitoramento contínuo de biodiversidade, novas técnicas para mensuração de co-benefícios estão emergindo, reforçando a relevância de não subvalorizar projetos de conservação.

RODADA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram discutidas estratégias de conservação, mercados de carbono e desafios de biodiversidade no Brasil.

Principais conclusões

- Preocupações sobre as regulamentações e precificação do mercado de carbono no Brasil, potencialmente beneficiando alguns biomas e alguns setores em detrimento de outros.
- Desafios de restauração: diversidade limitada de espécies de plantas em viveiros, dificuldade em replicar a complexidade do ecossistema.
- Novas tecnologias permitindo o sequenciamento rápido de DNA para avaliação da biodiversidade, mas o financiamento permanece uma limitação chave.
- Necessidade de projetos de conservação baseados em evidências e metodologias aprimoradas para contabilização de carbono em diferentes biomas.
- Importância da análise de repartição de benefícios no contexto de conservação, assim como da produção de estudos de viabilidade econômica de projetos de conservação e restauração.

PREOCUPAÇÕES COM A REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE CARBONO



- Preocupação com as atuais regulamentações do mercado de carbono no Brasil.
- Métodos de precificação carecem de rigor; as únicas opções viáveis seriam cap-and-trade ou imposto sobre carbono.
- Risco de objetivos ambientais serem deixados de lado à medida que a busca por lucro domina discussões no congresso.
- Necessidade de uma abordagem mais rigorosa para precificação e verificação de carbono.

RODADA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

DESAFIOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO



- Diversidade limitada de espécies de plantas em viveiros restringe as capacidades de restauração.
- Mais fácil sequestrar carbono do que manter a diversidade e complexidade do ecossistema.
- Diferenças significativas entre biomas.
- Importância de considerar o carbono no subsolo, que é pouco compreendido.
- Necessidade de mais estudos comparativos sobre outros biomas além da Amazônia, que historicamente recebe mais atenção acadêmica.

AVANÇOS TECNOLÓGICOS NA AVALIAÇÃO DA BIODIVERSIDADE



- Tecnologia de mensuração de biodiversidade se tornando mais barata e rápida, permitindo avaliações mais rápidas e ganho de escala.
- Principal limitação é a falta de um banco de dados de referência abrangente para a biodiversidade brasileira.
- CNPQ e Vale Tecnológico trabalhando no sequenciamento da biodiversidade de vertebrados brasileiros.

RODADA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

EFICÁCIA DE PROJETOS DE CONSERVAÇÃO



- Necessidade de mais projetos de conservação baseados em evidências.
- Importância de verificações de realidade e estudos de eficácia para iniciativas de conservação.
- Interesse em expandir o foco para outros biomas além da Amazônia.
- Desafio de manter marcadores de biodiversidade e periodicidade nas avaliações.

IMPACTOS SOCIAIS DE PROJETOS DE CARBONO



- Projetos de carbono podem impactar significativamente as comunidades locais.
- Algumas iniciativas geraram conflitos sociais.
- Importância de considerar aspectos interseccionais da mitigação das mudanças climáticas.

PAPEL DAS UNIVERSIDADES E PESQUISA



- Universidades como provedoras cruciais de conhecimento público, gratuito e de qualidade.
- Necessidade de pesquisa contínua para abordar desafios de conservação.
- Importância de treinar jovens pesquisadores talentosos para enfrentar questões complexas.
- Apelo por abordagens interdisciplinares, incluindo economia, para resolver problemas ambientais.

RODADA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

PRÓXIMOS PASSOS

- Desenvolver métodos mais rigorosos de precificação e verificação de carbono para o Brasil.
- Expandir a diversidade de espécies de plantas em viveiros para melhor restauração do ecossistema.
- Continuar construindo bancos de dados de referência abrangentes de biodiversidade.
- Realizar mais estudos de eficácia em projetos de conservação.
- Integrar avaliações de impacto social em iniciativas do mercado de carbono
- Fortalecer parcerias entre universidades, governo e sociedade civil para formulação de políticas baseadas em evidências.
- Focar em soluções que mantenham a biodiversidade enquanto abordam as mudanças climáticas.

SUGESTÃO DE TEMAS PARA PESQUISA

Graduação

- **Como o manejo integrado do fogo em áreas protegidas pode ser integrado ao PSA para maximizar benefícios ambientais e sociais?**
 - Áreas: Engenharia Florestal ou Ciências Ambientais.
- **Quais são as percepções das comunidades extrativistas sobre a regulamentação do mercado voluntário de carbono no Brasil?**
 - Áreas: Sociologia ou Antropologia.
- **Qual é a viabilidade econômica de projetos de restauração florestal em unidades de conservação em comparação com a preservação?**
 - Áreas: Economia ou Administração.

1

Mestrado

- **Como mecanismos de compartilhamento de benefícios podem ser desenhados para garantir a inclusão de comunidades tradicionais em projetos de REDD+?**
 - Área: Políticas Públicas ou Direito Ambiental.
- **Qual é o impacto da diversificação de PSAs, como turismo de saúde e bem-estar, no desenvolvimento sustentável de áreas protegidas?**
 - Áreas: Turismo ou Gestão Ambiental.
- **Como o uso de multiplicadores pode aprimorar a valoração de co-benefícios em projetos de carbono florestal?**
 - Áreas: Economia ou Geografia.

2

SUGESTÃO DE TEMAS PARA PESQUISA

Doutorado

- **Quais são as lacunas regulatórias para a implementação eficaz do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões e como elas impactam a conservação ambiental?**
 - Áreas: Direito ou Políticas Públicas.
- **Como a análise de DNA ambiental (eDNA) pode ser utilizada para criar um sistema de monitoramento de biodiversidade integrado com o mercado de carbono?**
 - Áreas: Biologia ou Ciências da Computação.
- **Quais são os impactos a longo prazo de compromissos de 30 anos em projetos de carbono florestal no uso da terra e nos meios de subsistência locais?**
 - Áreas: Planejamento ou Geografia Humana.
- **Como as dinâmicas entre oferta e demanda de créditos de carbono no Brasil influenciam o potencial de mitigação climática em diferentes biomas?**
 - Áreas: Economia ou Ecologia.



3

RECONHECIMENTOS

A primeira edição do evento Conexão CSF foi uma realização da Conservação Estratégica, com apoio da Universidade de Brasília (UnB) e da Fundação Mais Cerrado.

Realização:



Apoio:



Agradecemos a participação de todos os palestrantes e inscritos, e voltaremos em 2025 com a próxima edição!

Contato

CSF Brasil

✉ csfbrasil@conservation-strategy.org

🌐 conservation-strategy.org

🌐 [/conservationstrategyfund/](https://www.linkedin.com/company/conservationstrategyfund/)

▶ [/numbers4nature](https://www.youtube.com/channel/UC...)

